

O CONCEITO DE LITERATURA NOS PERIÓDICOS E JORNAIS DO SÉCULO XIX: UM ESTUDO DOS JORNAIS PARAIBANOS¹

Prof^a Dr^a Socorro de Fátima P. Vilar (UFPB/ CNPq)

Uma das marcas da história da literatura é a busca por uma origem, um marco, principalmente quando se trata de historiografia. Atualmente, além dessa questão outra de maior relevância surge nas discussões dos historiadores; trata-se das fontes mesmas dessa história que, há algum tempo, deixou de se alimentar apenas das histórias e dos livros canônicos de literatura. É o caso da pesquisa *Jornais e folhetins literários da Paraíba no século XIX*¹, que foi formulada a partir da afirmativa de Regina Zilbermann, em uma resenha à re-edição do folhetim *A família Agulha*, de Luis Guimarães Júnior. Nessa, ela afirma que “ainda não foi completada a história que narra a dívida da literatura brasileira para com o jornalismo, especialmente no século 19” (2003). A partir da leitura desse texto, buscamos fazer um levantamento dos jornais paraibanos do século XIX e descobrimos um rico arquivo que, além de parte considerável da literatura paraibana da época, revela-nos, de várias formas, tanto o universo da leitura e das condições materiais que favoreceram e fizeram circular os textos, bem como a representação dos leitores que deles se apropriaram, dando-lhes outros sentidos, configurando-lhes como suporte e fonte fundamental para a história da literatura paraibana.

Nessa busca por marcos historiográficos sobre a relação entre literatura e jornal, não há como deixar de mencionar, no momento, alguns estudos que, desde o século passado, assinalam a estreita relação entre a imprensa e a literatura no século XIX. Podemos iniciar com Sílvio Romero (1954, p. 1717), por exemplo, quando afirmou ser no Brasil, “mais ainda do que noutros países, [onde] a literatura conduz ao jornalismo e este à política que, no regime parlamentar e até no simplesmente representativo, exige que seus adeptos sejam oradores”. Da mesma forma, Nelson Werneck Sodré (1977), em meados do século passado, ressaltou a dependência da literatura em relação à imprensa,

¹ Este texto foi apresentado no X Encontro Regional da Abralic, realizado no Rio de Janeiro, em 2005 e publicado em seus anais.

não apenas na Corte, como também nas Províncias, entre as quais podemos incluir a Paraíba.

Também lá, não faltaram críticos e historiadores que ressaltassem a importância do jornal para o ambiente literário. O crítico Hildeberto Barbosa Filho resalta que a vinculação entre “manifestações literárias locais” e a atividade jornalística servia também para superar as dificuldades do meio, constituindo-se “como verdadeiros documentos dos diversos aspectos da vida paraibana, inclusive os aspectos culturais e artísticos” (2001, p. 54). Apesar da ressalva, não passa de poucas referências a utilização que faz dessa fonte para a elaboração da sua história da poesia paraibana. Para o historiador Gemy Cândido (1983, p.15), a ligação do escritor com o jornal não era de ordem cultural, mas ideológica, pois indicava sinal de dependência e de pouco valor estético, desautorizando os autores e, principalmente, suas produções:

As múltiplas atividades a que se entregavam os nossos escritores, com passagem obrigatório (sic) pelo jornalismo, caminho seguro e certo de êxito pessoal, não deixavam lugar para o exercício literário livre e autônomo. Por isso tais escritores, se assim os podemos chamar, excursionaram pela poesia, pela oratória, pelo teatro, pela história, pela filosofia, pela jurisprudência, pelo folclore, sem personalizar-se.

Isto significa que, destacar a importância do jornalismo para a literatura paraibana não é, pois, uma novidade nos estudos literários paraibanos e não estaria aí o mérito de qualquer pesquisa que tome os jornais como fonte de pesquisa.

No que diz respeito à relação entre os jornais, os folhetins e a formação do romance brasileiro, existe no Brasil uma tradição de estudiosos, entre os quais Brito Broca (1979), José Ramos Tinhorão (1994), além das observações de Antonio Candido, em sua *Formação da literatura brasileira*, que assinalam a importância dessa relação e influenciaram aquela que, entre todas essas pesquisas, é a que mais e melhor estabelece esta relação de dívida da literatura para com os jornais: trata-se dos estudos realizados por Marlyse Meyer (1998), que deram início à utilização dos jornais como fontes primárias de pesquisa da história da literatura.

Ou seja, com exceção da pesquisa de Marlyse Meir (1998), podemos observar que aos historiadores não interessa analisar em que medida essa relação de dependência

interferia na produção final deste produto a que chamam de forma genérica de literatura. Dessa forma, não estabelecem, portanto, as relações entre esses periódicos e sua interferência tanto na publicação de obras, como na predominância de determinado gênero, além da consagração de um autor e da criação do cânone.

Em linhas gerais, os estudos desenvolvidos sobre a relação entre a imprensa e a literatura tinham efeito classificatório, termo tomado aqui na acepção que o confere Perkins (1999, p. 31), ou seja, como processo de distribuição de autores ou obras no campo literário em unidades maiores, tais como períodos, gêneros, tradições, escolas, movimentos, sistemas comunicativos. Dentre elas, cada uma conteria muitos itens individuais, uma classificação e/ou uma unidade específica ou o conjunto delas. No caso do romance brasileiro, essa classificação restringia-se a arrolar que tais autores escreveram para tal jornal, quais romances; se alguns o fizeram com o uso do pseudônimo; quais os textos que mais tarde viriam a se transformar em livro. Outro agrupamento possível seria distinguir os autores que escreviam nos jornais liberais e aqueles que escreveram nos jornais conservadores, o que por si já revelaria o viés ideológico e muitas vezes critérios de valor estético do autor nomeado. Outra classificação possível diz respeito aos livros que não foram publicados em folhetins, ao contrário daqueles que o foram. Pesquisava-se o ano e jornal que Machado de Assis publicou seus contos ou crônicas, por exemplo. Perguntava-se, qual o ano em que o romance de Alencar estreou em tal jornal?

Nesse sentido, o jornal funcionava para o historiador da literatura como um arquivo, uma grande biblioteca onde ele apenas buscava documentos, sem considerá-lo como suporte material e determinante para o significado do texto. Muito embora se constitua um repositório de práticas efetivas de produção e circulação de textos e autores, o jornal nessa perspectiva só valia para o já dado ou o já dito.

Assim, ao tomarmos o jornal como fonte primária de pesquisa da história da literatura, buscamos, entre outras coisas, abordá-la numa perspectiva verdadeiramente histórica, porque não descartamos a materialidade do texto, que são seus suportes e veículos, considerando com Roger Chartier (1997, p. 68), o fato fundamental de que “as formas que fazem com que os textos sejam lido” também participam da construção de seu significado. Isso implica adicionar à crítica textual a análise morfológica da

organização dos manuscritos e textos impressos, o que, por sua vez, determina as relações diferentes que públicos variados mantém com a mesma obra. Concordamos com Roger Chartier quando afirma que (Idem),

uma história da literatura é então uma história das diferentes modalidades de apropriação dos textos. Ela deve considerar que o “mundo do texto”, usando as palavras de Ricoeur, é um mundo de objetos e de *performances* cujo dispositivos e regras possibilitam e restringem a produção do sentido.

Em outras palavras, essa aproximação da história da literatura das práticas culturais paraibanas tenta evitar o que João Adolfo Hansen chama de “etnocentrismo espontâneo da leitura”, que consiste de interpretações anacrônicas – como a que fazemos quando utilizamos o termo literatura e a categoria estética a produções de todo o século XIX – porque ignoramos que o significado de uma obra subordina-se tanto a códigos e acordos específicos, como a uma comunidade de leitores, que a “organiza sincronicamente, de acordo com as categorias e os preceitos do seu presente. Essa organização também se faz diacronicamente, segundo suas apropriações, valores-de-uso” e o seu repertório de leitura. Uma pesquisa em jornais evita, portanto, tomar a “obra” final – impressa em livro – como definitiva e a única passível de investigação. Assim, ao considerar as outras modalidades de apresentação de um mesmo texto, conhecemos as relações de (re)significação que podem ser estabelecidas a partir da sua leitura em um periódico, por leitores contemporâneos.

Isso posto, o primeiro conceito com o qual devemos nos relacionar numa perspectiva sincrônica, a fim de evitar as interpretações anacrônicas, diz respeito ao conceito de Literatura, base sobre a qual se assenta este ensaio, especificamente, pois segundo o que propõe Roger Chartier, a “história da literatura tem então como objeto principal o reconhecimento das fronteiras que podem variar de acordo com os tempos e os lugares, entre o que é e o que não é “literatura”(Idem). Afinal, o que era literatura no século XIX? Qual a concepção do termo literário que figurou em mais de uma dezena de jornais paraibanos, que eram sempre “Literário e Noticiador”, “Científico e Literário, Literário e Crítico, Político e Literário? O que significava ser um jornal literário e não trazer como conteúdo quaisquer dos gêneros que conhecemos atualmente, como é o caso do jornal *Argos Paraibano*, que era Político, Literário e Comercial, ou de *A Regeneração*, ao mesmo tempo Político, Literário, Noticioso e Comercial.

Pois bem, continuamos insistindo na pergunta: o que era literatura no século XIX? Tomemos por exemplo, Magalhães no discurso inaugural da história da literatura brasileira. Para ele, assim como para os escritores de seu tempo, a literatura é o reflexo de um povo, um conceito com que se constroem glórias de uma nação, ou, ainda, uma arte que traz, em seu cerne, grande parte das ciências e das outras artes. Assim, conclui o poeta, é necessário um conjunto de extensos conhecimentos para se poder traçar a sua história sem perder de vista o pensamento mais íntimo de cada época, já que “a literatura é variável como são séculos, semelhante ao termômetro que sobe ou desce, segundo o estado da atmosfera”. Observa-se na concepção de Magalhães, uma noção bastante genérica do que seja literatura, indicando que na época, ainda não havia consenso sobre os seus limites e conteúdo. Até mesmo alguns dicionários, como *O Tesouro da língua portuguesa*, de 1873, nem chega a dicionarizar a palavra, muito embora o faça em relação ao termo folhetim, definido como “artigo de literatura, de crítica, de belas-artes, inserido na parte inferior de qualquer jornal”.

Márcia Abreu (2003, p.29), ao discutir o termo literatura no século XVIII, observa que sua autonomização só se dará no outro século, haja vista serem “tão tênues as fronteiras entre as áreas” que a definem, pois literatura era *conhecimento*. Esse é o sentido registrado no *Dicionário da Língua Portuguesa*, composto por Antonio de Moraes Silva, na edição de 1831: Literatura: erudição, ciência, notícia das boas letras, humanidades. Homem de grande literatura”. Apenas em 1878, o autor define a palavra literatura numa concepção mais aproximada com a contemporânea, como sendo “o conjunto das produções literárias d’uma nação, d’um país, d’uma época”(Apud ABREU, 2003, p. 31). Portanto, segundo Abreu, se em meados do século XIX, o termo literatura ainda não remetia a um conceito próximo da concepção moderna, sua “autonomização de outros campos do saber estava em curso” e se processava em diferentes instâncias”. Assim, dos jornais da década de 50, marco inicial da nossa pesquisa, aos dos fins dos anos 90, essa autonomização se revela, por exemplo, na distinção que estabelece, própria ao século XVIII, entre belas-artes e literatura. No início, os jornais mantinham uma coluna para os textos em verso, que não se restringiam aos poemas, mas a cartas, acrósticos e outros gêneros feitos com versos, que se publicavam em seções denominadas “Variedades”, como as dos jornais *O Popular*,

Época, Bossuet da Jacosa, O Conservador, A Esperança, ou “Jardim Poético”, de *O Sorriso* distinguindo-a de uma outra, designada de Literatura.

É exatamente esse lento processo de sedimentação do conceito de literatura, o que observamos em quase um século de jornalismo paraibano. De 75 jornais e folhas microfilmadas, 25 deles se auto-intitulam de literários. São Político, Literário e Crítico, ou Político, Literário e Comercial, ou Literário, Recreativo e Noticioso, como já assinalamos, e até mesmo Científico, Literário e Crônico. Do que podemos concluir que o literário une um variado número de tendências, assuntos, ideologias, agregando, como se deduz a um grupo variado de leitores.

Na Paraíba, o primeiro jornal que se autodenominou como literário, foi *A Ordem*, em 1851. Porém, não há nos números que pesquisamos desse semanário qualquer texto que se aproxime do que hoje conhecemos como tal. Na verdade, até o fim do século XIX o que parece ser Literatura são textos que mantêm certo caráter didático, aquele antigo, que englobava a eloquência, a poesia, a história, a crítica e também as ciências. Isso talvez justifique o fato de que na coluna Literatura de muitos jornais paraibanos, principalmente até a década de 70, raramente encontrar-se um poema ou algum gênero que hoje tomamos como tal. Quando os há, eles servem principalmente a esse caráter formador, científico, educativo, notícias das boas-lettras, enfim.

Na verdade, esse caráter formador é a primeira função que identificamos associada ao conceito de Literatura, pois dele não se dissocia essa posição para o jornal, que também assume esse papel de divulgador das humanidades. Não cabe nos limites deste trabalho analisar a representação que a imprensa do século XIX fazia de si, mas de forma superficial, pode-se afirmar que esse era um dos seus princípios básicos, como vimos no exemplo da denominação dos jornais.

Dessa forma, em 20 dos jornais pesquisados, na coluna específica que os jornais chamavam de Literatura encontramos uma variedade e diversidade de gêneros que elencamos abaixo: Sermão, Biografias, Poemas, Imitação, Crônica, Resenha, Conto, Ensaio, Cartas, Prefácios, Ditos, Frases e aforismos, além de Relatos de viagem. É certo, que se pode argumentar que a maior parte desses gêneros forma o que hoje chamamos de literatura. Porém, o que chama a atenção é o conteúdo mesmo desses textos. Tomemos como exemplo o gênero “poema”, que começa a se constituir como

forma poética nos jornais paraibanos em meados do século XIX. Na sua maior parte, possuía o caráter encomiástico ou didático. Alguns, inclusive, prestavam homenagem aos heróis da terra, ou se dedicavam a assuntos e conflitos históricos. Sem falar dos necrológicos e dos poemas em louvor à Virgem Maria, bastante usuais ainda naquela época.

Sobre esse gênero que não tinha denominação à época, e que atualmente genericamente podemos chamar de ensaio, observa-se que tinha como conteúdo dominante, nos jornais, os temas relativos ao conhecimento científico e educacional. Inúmeros são os textos das colunas Literatura que se debruçam sobre a questão do que chamavam de “instrução pública”, digamos, a versão moderna para o século XIX das Belas-letras e da Ilustração. As biografias, por exemplo, tipo bastante presente naqueles jornais, se mesclavam de um certo tom exemplar, próprias às antigas hagiografias. Além disso, são várias as colunas destinadas às matérias de história e de geografia, muitas delas escritas naquele espaço denominado de Folhetim, que ficava na parte inferior do jornal, e que será analisado em artigo próximo. Esse é o caso do Jornal *O livro*, que ocupa esse espaço com textos que discutem a seca e a abolição da escravatura, por exemplo, num estilo mais próximo ao ensaio científico do que ao texto investido de “literariedade”, “substância” definidora da categoria para a contemporaneidade.

Por fim, utilizando outro dispositivo para a definição de Literatura, nos deparamos com a variação de um critério fundamental que é a noção e representação do autor. A pesquisa diacrônica nos revela que essa instância teve ao longo do século função e representação diversas. No início, observamos uma tendência forte ao anonimato, num gesto que denota a censura e a interdição, ligadas a uma forma escrita nova e circunscrita a uma pequena província. Escritores e escritoras (?) se escondiam atrás de pseudônimos – O Justiciero, Um Paraibano, O defensor do Povo –, de letras– K, **P, “C” –, e de pontos. Em muitos casos, verificamos até mesmo a total ausência de identificação, colocando em cheque até a noção romântica de originalidade que circunscrevia o texto à individualidade e à inspiração do autor. A princípio, basicamente as denúncias, as críticas e os textos “amorosos” se utilizaram desse recurso. Com o tempo, principalmente a partir da década de 70, eles passaram ao domínio dos textos poéticos, de caráter confessional, muitos dos quais com dedicatórias, numa clara identificação entre o autor (eu-lírico) e o sujeito que escrevia.

Embora circunscrita aos jornais paraibanos, esta pesquisa tem muito a contribuir com a história da literatura brasileira, principalmente, na reavaliação dos jornais e folhetins como fonte primária e alternativa de pesquisa, que trabalhariam a favor do hábito de aliar à narrativa histórica, a materialidade dos textos e sua relação de partilha com os leitores.

Referências Bibliográficas

ABREU, Márcia. *Letras, Belas-letas, Boas Letras*. In BOLOGNINI, Carmem Zink (org.) *História da literatura: o discurso fundador*. Campinas: Mercado de Letras, ALB, Fapesp, 2003. (Coleção Histórias de Leitura)

BARBOSA FILHO, Hildeberto. *Arrecifes e lajedos. Breve itinerário da poesia na Paraíba*. João Pessoa: Ed. UFPB, 2001.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira*. 5.ed. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. 2 V

CÂNDIDO, Gemy. *História da literatura paraibana*. João Pessoa: A UNIÃO, 1983

CHARTIER, Roger. “Crítica textual e história cultural. O texto e a voz, séculos XVI – XVII”. *Revista Semestral da Associação de Leitura do Brasil*. Campinas, São Paulo, n.30, dez, 1997. p. 67 –75.

HANSEN, João Adolfo. “*Ler & ver: pressupostos da representação colonial*”.
<http://www.victorian.fortunecity.com/statue/44/zlverpressupostos.htm>

MEYER, Marlyse. *As mil faces de um herói-canalha e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1998.

PERKINS, David. “História da literatura e narração” *Cadernos do Centro de Pesquisas Literárias da PUCRS*. Porto Alegre, V. 3, N. 1, Março de 1999.

ROMERO, Sílvio. *História da Literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1954. 5 V

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

TINHORÃO, José Ramos. *Os romances em folhetins no Brasil*. São Paulo: Duas Cidades, 1994.

ZILBERMAN, Regina. *Literatura de rodapé: reedição de folhetim esquecido oferece novas pistas a estudiosos*.
<http://jbonline.terra.com.br/papel/cadernos/ideias/2003/11/07/joride20031107009.html>

¹ Pesquisa em andamento, financiada pelo CNPQ.